

**PROCESSO SELETIVO PARA ALUNO REGULAR**  
**PROVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS**  
**CADERNO DE QUESTÕES E RESPOSTAS**

**ORIENTAÇÕES:**

- a) O candidato não terá direito a consulta a nenhum material, nem mesmo à “lei seca”.
- b) Não será admitido o uso de celulares, computadores portáteis ou de qualquer outro equipamento eletrônico que armazene, receba ou transmita informações;
- c) Serão eliminados os candidatos que recorrerem a qualquer material não autorizado pela Banca Examinadora ou não previsto no edital, na mesa deverão permanecer somente caneta azul, este caderno de questões e respostas e as folhas de rascunho fornecidas pelo fiscal;
- d) O candidato não deve identificar sua prova. Ao término da aplicação cada candidato sorteará um código numérico que será disponibilizado pelo fiscal do PPGDIR/UFES, de maneira a impedir a identificação dos candidatos durante o processo de correção;
- e) É de responsabilidade do candidato marcar o código numérico sorteado no campo indicado abaixo, assim como anotá-lo na etiqueta abaixo e na lista de presença, pois os códigos não serão divulgados durante o processo de correção e análise de recursos;
- f) Serão fornecidas folhas específicas para os rascunhos, as quais deverão ser devolvidas juntamente com o caderno de questões e respostas, na íntegra, após o término da prova;
- g) A prova deverá ser respondida exclusivamente com caneta azul, o uso de outra cor de caneta será considerado identificação, assim como rabiscos e rasuras no caderno de questões e respostas;
- h) Cada resposta deverá ser escrita entre 20 (vinte) e 30 (trinta) linhas. O que exceder a esse limite não será corrigido;
- i) O candidato não poderá rasurar sua prova e nem utilizar corretivo (líquido ou em fita). Caso queira descartar palavra ou trecho o candidato deverá dar dois riscos sobre o que deseja eliminar. Esse espaço descartado será computado no total de linhas;
- j) Será atribuída nota zero à prova escrita com caligrafia de difícil compreensão;
- k) Não será permitido o empréstimo de qualquer espécie de material entre os candidatos durante a realização da prova;
- l) Não será permitida qualquer forma de comunicação entre os candidatos durante a realização da prova, caso precise o candidato deve levantar a mão, que um de nossos fiscais irá até a mesa;
- m) A prova terá duração de 4 (quatro) horas e este caderno de questões e respostas só deverá ser aberto após o comando dos fiscais em sala;
- n) Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala aguardando até que os três concluem a prova para acompanharem o fechamento dos envelopes e assinarem a Ata de Sala.

<b>Nº DA PROVA</b>	
--------------------	--

**PROCESSO SELETIVO PARA ALUNO REGULAR**  
**PROVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS**

<b>Nº DA PROVA</b>	
--------------------	--

Para acesso ao caderno de questões e respostas, para fins de recurso ou simples consulta, o candidato deverá apresentar esta etiqueta na Secretaria do PPGDIR.

**QUESTÕES**

As respostas das questões 1 e 2 deverão ser escritas entre 20 (vinte) e 30 (trinta) linhas. A resposta da questão 3 deverá ser escrita entre 30 (trinta) e 50 (cinquenta) linhas. O que exceder a esses limites não será corrigido.

**1ª Questão (valor: 3,00 pontos).**

A Primeira Turma do STJ assentou, na vigência do CPC-1973, que cumpre ao julgador “apreciar o tema de acordo com o que reputar atinente à lide”, pois “não está obrigado a julgar a questão de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso” (EDRESP nº 507.730/PR, Rel. Min. José Delgado).

Esse julgado sugere que os juízes poderiam resolver os litígios submetidos à sua apreciação sem enfrentar as razões deduzidas pelas partes no curso do processo, como se o contraditório fosse limitado ao direito que têm os jurisdicionados de se manifestarem nos autos (contraditório formal) e, posto isso, não abarcasse o seu direito de influir na decisão que neles será prolatada (contraditório substancial).

Essa assertiva, que foi reproduzida em inúmeros julgados proferidos pelos Tribunais Brasileiros sob a égide do regime processual pretérito, é compatível com o texto da Constituição da República e do CPC/2015?

Responda a esse questionamento com base na bibliografia da prova escrita, observando o cuidado de identificar os dispositivos da Constituição e do Novo Código que orientam sua conclusão.

**2ª Questão (valor: 3,00 pontos).**

Em ensaio de 2015, intitulado “O novo CPC e a tutela jurisdicional executiva (parte 1)”, Marcelo Abelha Rodrigues analisa as expectativas de que o Código de Processo Civil de 2015 (Lei nº. 13.105/2015) contribuirá para a solução da chamada “Crise do Judiciário” (RODRIGUES, Marcelo Abelha. O novo CPC e a tutela jurisdicional executiva (parte 1). In: *Revista de Processo*, v. 244, p. 87-164, 2015).

Já em 2016, outro ensaio do mesmo autor, intitulado “Tutela Provisória no NCPC”, aprofunda uma das discussões mais relevantes sobre o exercício da jurisdição estatal, também associado à “Crise do Judiciário” (RODRIGUES, Marcelo Abelha. Tutela Provisória no NCPC. In: *Interesse Público*, v. 97, p. 15-62, 2016).

Com base nas opiniões do autor expressas naqueles trabalhos, formule um texto abordando as seguintes indagações:

- 1) Em que consiste a “Crise do Judiciário”?
- 2) De que maneira o Código de Processo Civil de 1973 contribuiu para o estado atual dessa crise?
- 3) O Código de Processo Civil de 2015 pode solucionar a “Crise do Judiciário”?

[Para a resposta, utilize os números e a ordem dos itens propostos].

### 3ª Questão (valor: 4,00 pontos).

Uma empresa de mineração constrói uma barragem para depósito da lama produzida pela sua atividade. A barragem se rompe causando o maior desastre ambiental da América Latina, um dos maiores do mundo. O maior rio da região, que passa por mais de um Estado da federação, vira um mar de lama-tóxica de minério. Morrem peixes, animais silvestres e vegetação. A água do rio, agora contaminado, abastecia mais de 500 mil pessoas que ficam privadas de água durante quase dez dias, um caos civil. As pessoas sem água para suas necessidades básicas de higiene e para cozinhar, fazem filas para entrega por parte da empresa de água mineral para beber. Além do dano difuso ao meio ambiente, que gera ações coletivas de reparação e indenização para as presentes e futuras gerações, e das multas administrativas, são ajuizadas milhares de ações individuais nas cidades em que ocorreu falta de água, solicitando a indenização por danos morais e materiais pelo período em que as pessoas ficaram privadas desse bem fundamental.

Com base no caso hipotético narrado e com referência no CPC/2015 e na literatura disponibilizada para as provas responda objetivamente:

- 1) Quais os elementos que configuram o conceito lógico-jurídico de processo coletivo?
- 2) Quais as espécies de processo coletivo que poderão ser utilizadas para resolver os conflitos de massa surgidos no caso concreto narrado acima? Dê exemplos destas espécies no direito positivo brasileiro?
- 3) Como se dá a formação do grupo em cada hipótese?
- 4) Ocorrendo decisão do Tribunal em incidente de resolução de demandas repetitivas haverá necessariamente um precedente na matéria?
- 5) Quais os elementos formais e materiais para que se considere como precedente normativo formalmente vinculante a decisão judicial? Indique os dispositivos do CPC/2015.
- 6) Qual a consequência jurídica para os demais Estados envolvidos se o IRDR, que formar o precedente, for limitado ao Tribunal de Justiça de um Estado? Explique utilizando a terminologia da doutrina de referência e explicitando a diferença quanto a vinculatividade do precedente.
- 7) Será possível dar unidade à questão para todos os Tribunais envolvidos, em qual(is) hipótese(s)?
- 8) Havendo ação coletiva sobre o tema, seria admissível o incidente de resolução de demandas repetitivas, em quais hipóteses e quais as consequências para o devido processo legal de se julgar a ação individual como caso-piloto?
- 9) Seria possível a autocomposição de direitos indisponíveis, tais como os direitos ambientais decorrentes do desastre? A solução consensual deve ser estimulada? O Brasil tem tradição jurídica na autocomposição?
- 10) Firmado o precedente seria possível a tutela de evidência, nos termos do CPC/2015? Neste caso seria requisito a comprovação da urgência? Levando em consideração o caso narrado e o novo CPC, é possível afirmar que a nova Codificação traz apenas reformas cosméticas, sem propiciar técnicas constitucionalmente adequadas?

[Para a resposta, utilize os números e a ordem dos itens propostos].